



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Campus de Marília



**CULTURA  
ACADÊMICA**  
*Editora*

## **Tecnologia e educação:** vivências na Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Oswaldo Alves de Brito Jr.

**Como citar:** BRITO JR., O. A. Tecnologia e educação: vivências na Educação de Jovens e Adultos (EJA). *In:* GARCIA, D. N. M.; ALEXANDRE FILHO, P.; SANT'ANNA, D. V. **Tecnologias e metodologias ativas:** (res)significando percursos educacionais. Marília: Oficina Universitário; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021. p. 177-188. DOI: <https://doi.org/10.36311/2021.978-65-5954-210-9.p177-188>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição- NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

# **Tecnologia e Educação: vivências na Educação de Jovens e Adultos (EJA)**

*Oswaldo Alves de BRITO JR.<sup>2</sup>*

## **Introdução**

Nos moldes das narrativas de professores, efetuo um relato de prática, mais precisamente, a experiência enquanto professor de língua portuguesa na Educação de Jovens e Adultos (EJA), nos anos/séries finais do ensino fundamental, em uma rede municipal de ensino no estado de São Paulo. Por ocasião da temática que envolve o uso das tecnologias na educação sob o olhar dos multiletramentos e metodologias ativas, relato duas vivências a partir de imposições, a primeira, institucional, a segunda, social. Antes, porém, ressalto que não tratarei de conteúdos e/ou temas do currículo da área de linguagens, mas sim, como o coletivo de professores e coordenação pedagógica atuou diante de desafios impostos. Isso posto, não significa que, para além dos fatos aludidos, não se planejassem práticas pedagógicas visando aos usos das tecnologias nos respectivos componentes curriculares.

O primeiro momento aconteceu, quando a Secretaria Municipal de Educação (SME) decidiu realizar uma avaliação na EJA. Contudo, os estudantes não teriam, à sua disposição, as provas em formato impresso, como acontece com os alunos do ensino regular e, até mesmo, em exames como do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e dos vestibulares das universidades públicas, por exemplo. Tal medida, anunciada aos coordenadores pedagógicos, em reunião na Diretoria Regional de

---

<sup>2</sup> Mestrando em Educação / PPGE / Faculdade de Filosofia e Ciências / Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP – campus de Marília/SP / e-mail: [osvaldo.brito@unesp.br](mailto:osvaldo.brito@unesp.br)

<https://doi.org/10.36311/2021.978-65-5954-210-9.p177-188>

Educação (DRE), causou surpresa aos participantes, pois estes deveriam retornar às suas respectivas unidades educacionais e, junto ao corpo docente e gestão escolar, criar estratégias para o cumprimento e adequação ao que fora divulgado.

Nos horários coletivos, os coordenadores repassaram aos grupos de professores o conteúdo daquela reunião. O anúncio de tal medida, também, causou estranhamento aos educadores. Não que fossem contrários ao exercício de uma avaliação formulada pela Secretaria de Educação, mas por esta se realizar de modo *on-line*. É oportuno esclarecer que, naquele momento, a rede ainda não possuía um currículo próprio para a EJA, o que depois veio a acontecer em uma construção coletiva. Desse modo, o receio se dava, em grande parte, na forma de organização do que propriamente no conteúdo.

De acordo com a legislação em vigor, é preciso ter a idade de quinze anos completos para se matricular no Ensino Fundamental da Educação de Jovens e Adultos. Nosso público é formado por senhores, senhoras e adolescentes, tamanha diversidade e heterogeneidade. Segundo eles, as motivações para frequentar as aulas são diversas: a falta de acesso e oportunidade na infância e juventude por causa do trabalho; “estudar não era coisa para mulher”, dizem muitas alunas; “comportamento que tinha não era adequado”, “então não se tinha perfil para estudar”; “agora não se tem mais compromisso com marido e a criação de filhos”; “ao frequentar um grupo religioso sentiu a necessidade de saber escrever para ler os textos sagrados”; “as humilhações no trabalho de empregada doméstica foram tantas por não saber anotar recados e não saber falar direito”; “comprovar escolaridade ser essencial para conseguir emprego”; “frequentar a escola por determinação da justiça”, como no caso dos alunos em liberdade assistida.

Acima, elencamos um conjunto de falas exemplares que, ao longo de nossa atuação como professor da EJA, temos ouvido dos estudantes como respostas ao serem questionados acerca da motivação de voltar a estudar. Essas não foram coletadas por meio de formulários de pesquisa,

mas apreendidas em atividades em sala de aula, rodas de conversa e outras situações do cotidiano escolar.

## **1 Sentidos e significados das palavras prova e avaliação no contexto da EJA**

É, pois, a partir da realidade ora descrita que tínhamos o desafio de realizar a avaliação externa. De antemão, observamos duas complicações: as palavras “prova”, “exame”, “teste” e “avaliação” não são bem-recebidas pela maioria dos estudantes da EJA. Elas intimidam, amedrontam e geram ansiedade e desgaste em parte dos alunos. Pode-se ter a impressão de que esse mal-estar seja ocasionado pelas posturas e práticas dos professores, mas seria um julgamento errôneo. As representações e vivências nas escolas do passado têm sua contribuição para esse estado de coisas. Não queremos, com isso, responsabilizar e culpabilizar a geração de professores e gestores escolares de outrora, afinal, sabemos que determinadas concepções de educação e práticas pedagógicas não se materializaram aleatoriamente. Ao contrário, tais concepções dizem respeito às construções coletivas sobre os processos de ensino-aprendizagem, os papéis pré-determinados de professor(a) e aluno(a), bem como de escola que se dispunham em determinadas condições, em determinadas épocas.

As avaliações acontecem porque são parte integrante dos processos de ensino-aprendizagem, mas sem o caráter punitivo de tempos atrás. As teorias e práticas pedagógicas na contemporaneidade priorizam os aspectos qualitativos, a avaliação é contínua e processual, da mesma forma as recuperações das aprendizagens. Assim, o grupo docente elaborou um cronograma para atender a uma exigência institucional. Vale ressaltar que os alunos do EJA dispõem de uma aula semanal com o professor orientador de informática educativa (POIE). Esta aula é compartilhada com algum outro professor das disciplinas obrigatórias do currículo e ocorrem no laboratório de informática. Neste relato, o auxílio deste profissional foi fundamental para a organização e execução da avaliação externa nas condições exigidas.

No que diz respeito aos estudantes, inicialmente, explicamos que a avaliação era uma demanda da Secretaria Municipal de Educação (SME) e que, segundo a qual, o conteúdo, a forma de aplicação e as datas foram todos decididos em instância superior. A escola ficou responsável por garantir as condições de espaço e tempo para realização. Esclarecemos a importância da participação de todos para que, assim, a rede e a escola pudessem ter um diagnóstico das aprendizagens na EJA para identificar nossas potencialidades e fragilidades e replanejar nossos percursos diante dos resultados obtidos.

Apesar de pouca escolaridade, há estudantes com posturas bastante críticas, capazes de efetuar uma análise apurada e interpretação da realidade que os rodeia. “A leitura do mundo precede a leitura da palavra”, conforme postulado por Freire (1989, p. 9). Os alunos fizeram um paralelo com a extinção do ensino noturno na quase totalidade das escolas da região, o fechamento de salas da EJA e levantaram a hipótese de que o não comparecimento para a resolução da prova poderia ser prejudicial, não apenas para os estudantes, mas também, para a escola. Evidente que nós, professores, não refutamos tal pensamento, uma vez que temos vivido, ano após ano, a angústia com a diminuição de salas na rede municipal de ensino. Pode-se dizer que nossos estudantes responderam positivamente a esse desafio. Mas, o que nós, professores, aprendemos naquele momento?

O uso de tecnologia já era esboçado por alguns docentes, em maior ou menor grau. A rede de ensino já iniciara o processo de diários de classe em meio digital. As iniciativas existiam no sentido de tornar a documentação e registros pedagógicos *on-line*. O maior entrave foi a conexão de *Internet* e a falta de equipamentos disponíveis. Em uma tentativa de promover a inclusão de práticas digitais, o governo municipal havia comprado *tablets* em quantidade que fosse capaz de atender a uma turma de alunos, isso antes de se propor a avaliação em meio digital. Os equipamentos foram usados em atividades com os estudantes e, também, com os professores. Entretanto, com o tempo, a escola passou a ter problemas com a conexão e essa situação durou um longo período. Assim, o uso de *tablets* se tornou inviável.

Para a avaliação externa, foram utilizados os computadores do laboratório de informática, que eram em número menor ao de alunos. Foi preciso montar uma escala com os dias e horários para que os estudantes tivessem acesso às provas e os professores se revezassem para auxiliá-los. O professor orientador de informática educativa permaneceu, muitas horas além de sua jornada, em função desta atividade. De modo geral, a escala de alunos foi eficiente, contudo, alguns estudantes não conseguiram comparecer nos horários pré-determinados, exigindo que realinhássemos as estratégias definidas. Os estudantes do último ano/série do ensino fundamental responderam às questões de múltipla escolha nas disciplinas de língua portuguesa, matemática, ciências, história e geografia.

## **2 Pandemia e tecnologias: a experiência no confinamento**

Outro relato que vamos compartilhar diz respeito à imposição do uso das tecnologias em virtude da pandemia de COVID-19 e o impedimento de aulas presenciais durante o ano letivo de 2020. O contexto social e histórico fez a prática docente adotar, emergencialmente, metodologias e ferramentas que antes eram mencionadas, citadas, estudadas, porém a implementação efetiva ainda caminhava a passos lentos.

Ao serem adotadas as medidas sanitárias de isolamento e distanciamento, a escola teve que se valer das tecnologias em todos os níveis de educação: do Ensino Fundamental e Médio ao Ensino Superior, inclusive na pós-graduação e nos cursos livres, como os oferecidos pelas escolas de idiomas, por exemplo. Sem vacinas, sem medicamentos e com o alto contágio ao redor do planeta, o uso da *Internet* foi a solução encontrada pelos governos para dar continuidade aos processos de ensino e aprendizagem na pandemia. As dúvidas eram e continuam sendo muitas, já que o Conselho Nacional de Educação (CNE), bem como os conselhos estaduais e municipais, tiveram que se manifestar diante das consultas das entidades de educação como as escolas privadas, sindicatos de professores,

associação de pais. O ensino remoto e a flexibilização do cumprimento dos 200 dias letivos foram e continuam sendo inevitáveis durante a pandemia.

A rede municipal de ensino em que atuo, como tantas outras, adotou, institucionalmente, a ferramenta *Google Classroom* para o período de teletrabalho. Os estudantes e professores receberam e-mails para acessar os recursos disponíveis. Em se tratando da Educação de Jovens e Adultos, novamente, tivemos um grande desafio. A não familiaridade com o uso de e-mails foi uma delas, mas outro entrave foi a falta ou dificuldade de acesso à *Internet*. A pandemia trouxe uma crise sanitária, mas também econômica, política e social. As desigualdades que, há tempos, persistem no Brasil foram escancaradas. Em nossa unidade, para entrar em contato com os estudantes, a gestão escolar e funcionários, que se revezam durante os plantões presenciais, telefonavam para os números indicados nas documentações de cada estudante. Muitos de nossos alunos possuíam apenas um número de celular ao qual não era possível estabelecer contato.

Os professores formaram grupos de *WhatsApp* para cada turma da EJA e, também, passaram a telefonar e a enviar mensagens para os alunos. Aos poucos, fomos obtendo retorno, pois os próprios estudantes repassavam as informações aos colegas que tinham contato. Foi preciso ensinar o passo-a-passo para o acesso ao e-mail e plataforma *Google Classroom*. Alguns mais jovens logo acessavam, enquanto outros contavam com o auxílio dos filhos ou de alguém para ajudar. No entanto, grande parte não foi capaz de desenvolver as atividades propostas por falta de acesso à *Internet*, pois o pacote de dados móveis era insuficiente e diversos estudantes, por falta de condições financeiras, não estavam conseguindo comprar créditos para os celulares, uma vez que estes são os equipamentos que a maioria dispõe.

Em reunião, a Secretaria Municipal de Educação decidiu que, para amenizar tal dificuldade, um material impresso seria produzido e entregue aos alunos pelos Correios. De fato, isso foi feito, mas a demora na entrega ou a não atualização dos endereços foi um outro elemento que dificultou esta outra abordagem. Em entrevistas no rádio e na televisão, o secretário da educação e o próprio prefeito foram apresentando as ações

implementadas. Assim, com esta divulgação, os estudantes foram tomando conhecimento do material impresso, que foi recebido de modo positivo por docentes e alunos, pois conseguiu, ao menos, em parte, atenuar um dos principais problemas. Em um mês, quem havia feito as atividades, finalizou o material impresso. Contudo, a pandemia não deu trégua ainda e, sem previsão de retomada das aulas presencialmente, o *Google Classroom* foi retomado. Por conta da rapidez e maior divulgação entre as pessoas, o *WhatsApp* foi o recurso mais acessível para quem possuía acesso à *Internet*.

Uma outra dificuldade foi adaptar as atividades a serem desenvolvidas no meio digital, pois os professores começaram a fazer uso de variadas linguagens, como vídeos, páginas da *Internet* e *sites* de músicas. A ideia era muito boa, inclusive recomendada pelos estudos dos multiletramentos, porém, mais uma vez, a desigualdade social atravessou a prática pedagógica, pois, para assistir aos vídeos, ainda que curtos, nas várias disciplinas, o consumo de dados móveis seria muito rápido para aquele que não dispõe de conexão *wi-fi*. Em mensagem de áudio via *WhatsApp*, um aluno nos contou que estava realizando as atividades graças à generosidade de uma vizinha que havia lhe disponibilizado a senha de seu *wi-fi*. Como naquele período estava fazendo frio e, para melhor conexão era preciso estar próximo ao muro que separa as duas casas, ele fazia as atividades quando tinha menos vento. Outros alunos e alunas nos informaram que, infelizmente, não realizavam as atividades por terem que priorizar os estudos dos filhos em idade escolar, com apenas dois aparelhos celulares e nenhum computador. Tendo duas ou três crianças, preferiam que eles realizassem as atividades escolares.

Apesar de não haver aulas presenciais, as escolas passaram a ser muito procuradas pelos alunos, de modo que as políticas públicas da prefeitura enviaram cestas básicas aos alunos em situação de vulnerabilidade social e para quem estava necessitando, o local de retirada foi a escola. Em várias unidades escolares, professores e funcionários se reuniram para arrecadar quantias e conseguir reverter, também, em cestas básicas aos alunos. Como os estudantes tinham acesso aos professores pelo *WhatsApp*, quando procurados pelos educadores e questionados do porquê de não realizarem as atividades, com muito custo acabavam confessando



os reais motivos como, por exemplo, o desemprego e a falta de dinheiro, ou seja, situações bastante complicadas, que nós, educadores, não conseguíamos nos manter distanciados e nos solidarizávamos com tamanha adversidade.

De abril a dezembro de 2020, adentrando o ano letivo de 2021, tivemos altos e baixos na realização de atividades no *Google Classroom*, mas o *WhatsApp* foi nosso maior aliado. O material impresso teve apenas duas edições e a produção encerrada. Alguns poucos alunos, que estavam em situação de vulnerabilidade social, foram retornando. Entretanto, não tivemos mais notícias de muitos outros estudantes. Não sabemos as reais condições, já que, pelos telefones de contato, não conseguimos retorno. Tivemos relatos de alunos que contraíram o COVID-19, bem como o falecimento de uma aluna transexual, vítima de violência de gênero, mais precisamente o que se denomina transfobia. Professores da unidade foram contaminados com o vírus, bem como seus familiares, sendo que o esposo de uma das educadoras faleceu em decorrência da referida doença. Entre inspetores de alunos e funcionários da secretaria escolar, também, houve confirmação de testes positivos.

Reuniões pedagógicas e formações oferecidas pela Secretaria de Educação acontecem pela plataforma *Teams*, com diversas *lives* e envio de *links*. Nossas conexões a *Internet* são oscilantes e há um excesso de trabalho trazido pelo *home office*. As incertezas eram muitas, ainda mais quando pensávamos sobre o retorno, sendo que nova onda de contaminação se espalhava pela Europa. Um mês após o retorno das aulas presenciais, em 2021, as escolas tiveram de ser fechadas outras vez, inicialmente por duas semanas, com prorrogação de igual período e, novamente, reabertas, mesmo sem diminuir as taxas de contaminação.

### **3 Resultados ainda que provisórios**

A Secretaria de Educação iniciou, no ano de 2017, discussões para a construção do currículo da cidade para a EJA em todas as disciplinas. Cada Diretoria Regional de Educação (DRE) selecionou um educador de

cada componente para integrar os grupos de trabalhos (GTs). Os encontros foram conduzidos por especialistas que, na condição de formadores, tiveram a tarefa de redigir o documento final para apreciação dos pares e posterior publicação. A questão das tecnologias ganhou relevo em todas as disciplinas. Um ganho foi, também, a transformação da função de Professor Orientador de Informática Educativa (POIE) em Professor Orientador de Educação Digital (POED).

Evidente que, para alguns, a mudança de nomenclatura era mais uma das tantas que cada governo eleito efetua na tentativa de deixar a sua marca e se diferenciar de seus antecessores e não discordamos que tal atitude é frequente no contexto educacional. Mas, ao estudar o currículo intitulado *Tecnologias de Aprendizagem* (2019), deparamo-nos com os seguintes princípios norteadores: cultura e letramento digitais; protagonismo, autonomia, inventividade e colaboração; pensamento computacional. Temos clareza que, para uma mudança de paradigmas, é preciso ir além das prescrições e publicações institucionais, há que se investir nos recursos materiais e humanos.

Como perspectivas do século XXI, Behrens (2000) aponta a educação como pilar para alicerçar os ideais de justiça, paz, solidariedade e liberdade. O advento da sociedade do conhecimento e a globalização são apontados como duas transições culminando com mudanças em todos os níveis que levam a ponderar sobre uma educação planetária, mundial e globalizante. A autora aborda a formação de professores para o uso de tecnologias em um contexto de aprendizagem constante, em que as pessoas precisam estar preparadas para aprender ao longo da vida. Deste modo, o acesso à rede informatizada desafia o docente a buscar novas metodologias para atender às exigências da sociedade. Nesta perspectiva, “aliar formação ético-humanística aos desafios tecnológicos-científicos, sob pena de construir uma sociedade produtiva e, ao mesmo tempo agressiva, racional e desumana, acentuando os problemas e as injustiças sociais.” (BEHRENS, 2000, p. 72). Segundo a referida pesquisadora, percebe-se que

[...] o inegável desenvolvimento científico e tecnológico leva a refletir sobre a dicotomia homem-máquina. Essa questionável relação precisa adquirir sentido e significado, observando-se criteriosamente os impactos das tecnologias sobre a sociedade e sobre a cultura (BEHRENS, 2000, p. 72).

No que tange aos processos de ensino e aprendizagem durante a pandemia, podemos inferir ser prematuro lançar conclusões, ainda que os efeitos sejam amplamente vivenciados por docentes, estudantes e famílias. O que destacamos são as atividades oriundas da implementação de políticas educacionais ainda em gestação, como a modalidade de avaliação externa concebida pelo município que, em virtude da pandemia, como tantas outras práticas pedagógicas, teve de ser interrompida. As políticas educacionais sofrem rupturas e descontinuidades quando influenciadas por transições e mudanças político partidárias. Durante a pandemia, o Brasil passou pelo processo eleitoral para prefeitos e vereadores.

Assim, a questão da abertura e fechamento das escolas, adequação das condições físicas e *Internet* nas unidades educacionais, aquisição e distribuição de *notebooks* para professores, garantir o acesso a *Internet* por parte dos estudantes com a distribuição de *chips* para celulares ou dos *tablets*, foram os itens dos programas dos candidatos em suas campanhas eleitorais. A questão das tecnologias tomou conta do debate educacional, seus usos e seus impedimentos trouxeram à tona um elemento que, há tempos, acompanha a realidade no meio educativo: as desigualdades sociais e econômicas impactam o desempenho e desenvolvimento de nossos estudantes em todos os níveis de ensino.

### **Considerações Finais**

A aposta nos usos das tecnologias não pode ser vista como a resolução dos problemas educacionais. Ainda que tenhamos diversos entraves, determinados artefatos do cotidiano tiveram seus usos bem-sucedidos, ao contrário de programas e aplicativos recomendados e

especializados, seja por falta de domínio dos docentes, dos estudantes, ou, falta de conexão e acesso a *Internet* de qualidade que assola parcelas da população brasileira. Em todo caso, é preciso persistência e paciência. Assim, concluímos com a reflexão de Cortella (2019), que consta em seu *site*, onde ele pondera que:

Segundo o grande pensador da educação, Paulo Freire, é preciso ter esperança para chegar ao inédito viável e ao sonho. Cuidado! Há pessoas que têm esperança do verbo “esperar”. Esse grande educador e filósofo falava da esperança do verbo “esperançar”. Esperar é: “Ah, espero que dê certo, espero que aconteça, espero que resolva”. Esperançar é ir atrás, é não desistir. Esperançar é ser capaz de buscar o que é viável para fazer o inédito. Esperançar significa não se conformar (CORTELLA, 2019, n. p.).

### Referências

BEHRENS, M. A. Projetos de aprendizagem colaborativa num paradigma emergente. *In*: MORAN, J. M; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e Mediação Pedagógica**. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

CORTELLA, M. S. O verbo esperançar. **MARIO SERGIO CORTELLA**, 2019. Disponível em: <http://www.mscortella.com.br/o-verbo-esperancar-4a>. Acesso em: 09 abr. 2021.

FREIRE, P. **A importância do Ato de Ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados. Cortez, 1989.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. **Currículo da Cidade**: Educação de Jovens e Adultos: Tecnologias para Aprendizagem. São Paulo: SME/ COPED, 2019.

